

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA ALÉM DELA MESMA¹

Marcos Reigota*

A Jean-Marie De Ketele e Paul Berthet (in memoriam).

Ter sido convidado para proferir a aula-inaugural de 2008 no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG tem grandes significados para mim. Quero inicialmente agradecer à professora Maria do Carmo Galiazzi por essa oportunidade, à coordenação, professor Humberto Calloni, e a todos os/as colegas do PPGEA que acataram a sugestão do meu nome.

Quero também agradecer aos estudantes de graduação e de pós-graduação da FURG, leitores atentos dos meus textos, com os quais tenho tido contatos virtuais ao longo desses anos. Meu agradecimento particular é para o Rodrigo Launikas Cupelli e para a Marisol Prado Silva, que me convidaram para participar de suas respectivas bancas e ao secretário Gilmar F. Conceição pela gentileza e atenção.

São muitos os significados pessoais, políticos e acadêmicos desses convites. Todos eles são de grande intensidade e vou me referir a alguns deles. Pretendo me deter nos aspectos políticos e pedagógicos da educação ambiental, embora não os veja separados dos significados pessoais (e políticos) de minha presença aqui.

Preparei a aula de forma que pudesse contemplar idéias, conceitos e noções que tenho desenvolvido ao longo de minha carreira, sendo o último deles a noção de bio:grafia, que em breve terá uma maior difusão

¹ Aula-inaugural do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG – Universidade Federal do Rio Grande – 13 de março de 2008.

* Professor da Universidade de Sorocaba. Doutor em Educação – Universidade Católica de Louvain; marcos.reigota@uniso.br

quando da publicação do livro que organizo com Bárbara Heliodora do Prado, cujo título é “Educação Ambiental: Utopia e Práxis”, com previsão de lançamento para esse ano, pela editora Cortez.

Numa breve definição dizemos que bio:grafia é uma tentativa de narrar nossa presença no mundo (grafia) e relações existenciais, profissionais e políticas (bio) em busca de mudanças radicais que possibilitem a construção, através de práticas sociais e pedagógicas cotidianas, de uma sociedade justa, sustentável e democrática e que nos (auto)identificam como sujeitos da história (Paulo Freire).

Trata-se de uma noção em construção, uma “obra em aberto”, iniciada desde que terminei o meu doutorado, em 1990, mas que só nos últimos anos foi assim definida e, agora, acredito que ela está apta e amadurecida para ser apresentada aos colegas.

Apresento a noção de bio:grafia para que seja conhecida, criticada e discutida por um público tão específico e que me é tão caro. Sendo assim, optei por fazer dessa aula-inaugural não uma apresentação conceitual de suas origens e intersecções, mas sim um exercício bio:gráfico esperando oferecer a vocês o resultado de muitos anos de pesquisas e principalmente inquietações teóricas, existenciais e políticas.

Ofereço o exercício bio:gráfico em retribuição ao convite, consideração e gentileza dos colegas da FURG. Corro o risco deliberado de (me) expor neste importante espaço acadêmico para a educação ambiental brasileira, algo que espero seja original, verdadeiro e pertinente.

Disse no início dos significados pessoais de minha presença aqui e pretendo ser breve quanto a isso. Nos próximos dias, exatamente em 16 de março, será o 18º aniversário de defesa de minha tese na Universidade Católica de Louvain. Minha defesa aconteceu um dia após a posse da Presidência da República, Fernando Collor de Mello.

Um dos seus primeiros atos como primeiro presidente eleito democraticamente após o fim da ditadura militar, foi extinguir uma série de instituições, entre elas a Capes. Como consequência disso me vi, na Bélgica, com o diploma de doutor nas mãos, mas sem a passagem para retornar ao Brasil.

Minha estada na Bélgica foi ficando insustentável, beirando a ilegalidade e, como não recebia mais a bolsa, fiquei sem dinheiro e consegui um emprego de jardineiro na Abadia de Chimay, local onde se fabrica a famosa cerveja.

Todos os dias, depois de trabalhar no jardim, tomava uma cerveja com os monges e em nossas conversas tinha que explicar porque estava ali e não podia voltar ao Brasil. Telefonava praticamente todos os dias à Embaixada do Brasil em Bruxelas, esperando conseguir a passagem de volta, que era um direito meu enquanto ex-bolsista da Capes.

Enquanto a passagem não vinha, tinha guarida, comida e cerveja e o que ganhei como jardineiro me possibilitou providenciar o envio, pelo correio, dos meus livros, mas somente parte deles chegou ao destino.

Em Chimay me sentia um intelectual dos tempos da Revolução Cultural chinesa, banido e exilado da universidade e das bibliotecas, enviado ao campo para fazer trabalhos manuais a fim de ser “reeducado”, abandonar o conhecimento acumulado com os estudos e me tornar um “homem novo”.

Quando enfim consegui chegar ao Brasil, foi outra luta para conseguir emprego. Tive que enfrentar muitos preconceitos e poderes. Pairava no ar questões como: “Quem é esse novo doutor chegando de uma universidade européia que a maior parte da elite acadêmica paulista desconhece? “Educação ambiental como educação política?”.

“O que é isso?”, perguntavam-se sem disfarçar o tom irônico. Como se não bastasse a perspectiva pedagógica que eu apresentava, ainda vinha pautada na Teoria das Representações Sociais.

“Mas essa teoria é conservadora!”, me disse uma colega, que alguns anos depois se tornou uma conhecida pesquisadora dessa mesma “teoria conservadora”. Entre tantas idas e vindas, encontrei acolhida e porto quase-seguro em 1991 com bolsa de recém doutor do Cnpq na Unicamp.

Na Universidade de São Paulo, fui convidado para trabalhar no recém fundado Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. O que eu não sabia era que trabalharia praticamente de graça. Fui incluído em dois projetos de pesquisa cujo pagamento era irrisório. Enquanto dava aulas, fazia pesquisa e orientava mestrands, percorria departamentos, salas e corredores em busca de informações sobre concursos e estabilidade profissional, financeira e emocional. Quando já não podia viver assim, ouvi de uma professora, também muito conhecida, que dar aulas na USP, em qualquer condição, era bom para o meu currículo e não ficava bem eu ficar reclamando.

Os concursos eram raros e dos que participei é melhor nem lembrar. Quando enfim eu fui aprovado em um deles, na Universidade

Federal de Santa Catarina, motivos pessoais fizeram com que eu precisasse retornar à Europa, não podendo, assim, assumir a vaga.

Voltei ao Brasil em 1998, quando fui para a Universidade de Sorocaba graças aos mesmos colegas que haviam me acolhido na Unicamp. Foi na Uniso que pude me dedicar às pesquisas que contaram com financiamentos internacionais e da própria Uniso. Os projetos de pesquisa que, no período de 1998 a 2007, enviei às agências nacionais e à Fapesp foram recusados. Só agora em 2008, depois de cinco tentativas, consegui a bolsa de Produtividade Científica do Cnpq – nível 2, que reconhece meu trabalho e permitirá que eu dê continuidade a um estudo com bases teóricas nada ortodoxas ou hegemônicas (Gianni Vattimo e Newton Aquiles von Zuben) acerca dos discursos contemporâneos sobre a natureza (a biodiversidade e os transgênicos) e os seus impactos e relações com a educação.

Na Universidade de Sorocaba tenho orientado dissertações que têm possibilitado a fundamentação do que chamamos de “Perspectiva ecologista de educação”, tendo o cotidiano escolar como referência.

No momento, organizo com Rodrigo Barchi dois livros que contemplarão capítulos selecionados das dissertações referidas. Um livro estará voltado especificamente à educação ambiental e o outro abordará temas do cotidiano escolar analisados e /ou influenciados pela perspectiva ecologista de educação.

Escrevi em “A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna” algumas das dificuldades que tive para concluir o meu doutorado na Universidade Católica de Louvain, que só foi possível graças ao apoio e confiança dos professores Jean-Marie De Ketele e Paul Berthet.

A vivência iniciada na Bélgica não terminou com o doutorado e procurei aprofundá-la no livro “Ecologistas”, tentando analisar, a partir da ecossociologia de Félix Guattari, as relações pessoais, acadêmicas e políticas em jogo nas universidades já que, acreditava eu, o pensamento ecologista no qual me formei e que fundamenta a educação ambiental que proponho, deveria fazer frente e desconstruir. Voltei ao mesmo tema no livro “Iugoslávia: registros de uma barbárie anunciada”.

Como todos nós sabemos, a trajetória de um mestrado e doutorado é sinuosa, temos mais dúvidas que certezas e estamos sempre nos questionando se chegaremos ou não ao final. No meu caso, dois elementos específicos ampliaram os momentos de angústia e

indefinições. Um deles foi a praticamente inexistente tradição, tanto no Brasil como na Europa daquela época, de pesquisas relacionadas com a educação ambiental. O pouco que havia e que eu encontrava estava muito distante daquilo que eu pensava e queria pesquisar.

Por outro lado, a Teoria das Representações Sociais, naquele momento do doutorado, estava iniciando sua segunda tomada de fôlego na psicologia social e eram raros os estudos na educação com esse referencial e muito menos nos estudos envolvendo o meio ambiente. Somente alguns anos depois de ter defendido a tese, tive conhecimento do trabalho pioneiro de Ângela Arruda, conforme indiquei no “Ecologia, elites e *intelligentsia* na América Latina: um estudo de suas representações sociais.”

Passagens dessa bio:grafia que narro foram recentemente revividas de forma muito particular. Em outubro do ano passado, estive no Brasil, convidado pela Unesco, um dos meus orientadores de doutorado, professor Jean-Marie de Ketele (o co-orientador foi o professor Paul Berthet). Foi a primeira visita de De Ketele ao Brasil e ela se iniciou por São Paulo.

Nos quatro dias em que passamos juntos, caminhamos pelas ruas da cidade, parando para uma cerveja ou um café nos bares populares e conversamos longamente.

Entre tantas conversas, explicitávamos os caminhos de nossa trajetória profissional, pessoal e política. Ele me surpreendeu, quando comentava alguns dos seus últimos textos, ou na conferência que fez em São Paulo, ao fazer referência à Teoria da Justiça de John Rawls, principalmente na vertente desenvolvida por Philippe van Parijs. Na referida conferência, ele falou a respeito de suas origens populares e a importância da educação para a consolidação de uma sociedade justa. Senti que, apesar da distância geográfica que nos separa e do longo tempo que não nos víamos, estávamos muito afinados.

Antes de conhecer Jean-Marie De Ketele, eu conheci Philippe van Parijs. Nos meus primeiros meses em Louvain-la-Neuve, vi um cartaz que indicava um seminário sobre ecologia política.

Fiz minha inscrição no seminário, que dava início ao ciclo “Crítica ao modelo industrial de desenvolvimento”, coordenado por Philippe van Parijs, André Bertin e o extraordinário e marcante professor Jean Ladrière.

Participei dos seminários citados durante os quatro anos em que

foram realizados. Foi aí que pela primeira vez que tive contato com a Teoria de Justiça, que começava a ser estudada, discutida e interpretada na mais conhecida vertente humanista da Universidade Católica de Louvain. Foram nesses mesmos seminários que desenvolvi a dimensão ética e política do meu trabalho.

Fui também um dos responsáveis pela difusão do pensamento do van Parijs no Brasil, que culminou com o encontro dele com um conhecido senador do PT (com o qual não tenho e nunca tive nenhuma relação pessoal), no início dos anos 1990. Philippe van Parijs esteve no Brasil, como convidado, para participar da cerimônia realizada no dia em que foi assinada a Lei de Renda Mínima. Hoje tenho grandes restrições ao uso político paternalista e populista, através dessa lei, da Bolsa Família e tenho muita curiosidade em conhecer a posição do van Parijs sobre o assunto.

Nas caminhadas com De Ketele pelo centro de São Paulo, passamos pela Praça Miguel Abellá. Na verdade essa “praça” é um pequeno terreno, antes baldio, que foi aproveitado para homenagear um dos ecologistas mais conhecidos da cidade e que muito me marcou.

A praça foi inaugurada em junho de 2007 e num dos seus limites há um grafite, meio new age, com o rosto do Abellá. Foi a ocasião de “apresentar” dois dos meus mais influentes e queridos professores. Abellá ao De Ketele . De Ketele ao Abellá.

Falar do Abellá ao De Ketele era falar do movimento ecologista nascido em São Paulo durante a ditadura militar. Era novamente tocar numa ferida e numa história que poucos dos meus professores, colegas e amigos na Europa conheciam.

Nossa história desconhecida e/ou ignorada era, nos meus anos louvanistas, um dos principais motivos das dificuldades em acatar as exigências que me faziam os professores conservadores e, ao mesmo tempo, era de onde eu extraía energia para levar adiante o meu projeto político, acadêmico e pessoal.

Com tais observações, deixo os significados pessoais de minha presença hoje aqui, para adentrar nos significados políticos. Creio ser de conhecimento de vocês o conteúdo e a repercussão do meu artigo “A educação ambiental frente ao esfacelamento da cidadania no governo Lula I”, no qual faço severas críticas à política ambiental, ao silêncio dos/das educadores ambientais reconhecidos publicamente e também como a educação ambiental, nos aparelhos do Estado, tem sido utilizada

para referendar ou apoiar explícita ou implicitamente essa política.

Desde que o texto começou a circular pela Internet, no segundo semestre de 2006, tive a oportunidade de discuti-lo em diferentes contextos, principalmente em universidades, no Brasil e no exterior. Recebi muitos e-mails, cartas, trabalhos de alunos, artigos de jornais e telefonemas de vários colegas com críticas e apoios às minhas posições. Num primeiro momento os “agentes do Estado” (na falta de uma melhor definição) ficaram calados, ou ensaiaram respostas através de seus súditos e pelotões, para num segundo momento me atacarem e me desqualificarem publicamente.

Em resposta a esse procedimento vindo das estruturas e “agentes do Estado”, tenho repetido os versos de Mário Quintana: “Todos estes que estão aí/ atravancando meu caminho/ eles passarão/eu passarinho”.

Abordo a questão por considerar que vivenciamos um momento de séria e profunda divisão na educação ambiental brasileira e principalmente para dizer que espero que o convite que vocês me fizeram não traga nenhum prejuízo ou represálias ao PPGA da FURG.

Sou um crítico severo da política ambiental do atual governo, que entre outras coisas, optou pela comercialização da safra de soja transgênica produzida clandestinamente no Rio Grande do Sul; pela lei que legaliza e estimula a exploração dita “sustentável” da madeira da Floresta Amazônica; pela transposição do Rio São Francisco e pelos anúncios do término da Usina Nuclear Angra III e a construção de novas usinas nucleares.

Sou também um crítico do aparelhamento dos movimentos sociais (nos quais se encontra a educação ambiental) e do pensamento crítico, por considerar (tendo como base a referência histórica da chegada da esquerda ao poder em diferentes países), que nenhum aparelhamento favorece o aprendizado social da liberdade, da autonomia e da cidadania.

Para nós, sujeitos da história (Paulo Freire) vindos da classe popular e que bebemos na fonte do pensamento político, acadêmico e artístico contrário aos totalitarismos, aliado aos preceitos, propostas e vivências libertárias da contracultura dos anos 1960, 1970 e 1980, o que disse até agora deve ser contextualizado dentro do projeto político-existencial pelo qual temos trabalhado todos esses anos.

As observações anteriores, acerca da política ambiental e da falência do projeto político que não estimula o aprendizado coletivo do que seja cidadania, autonomia e liberdade, numa sociedade pós-ditadura,

subalterna, conservadora e carente de princípios geradores como a brasileira, nos coloca, novamente, diante da necessidade e também dos riscos de se expor publicamente.

A esquizofrenia da sociedade brasileira contemporânea, provocada e vivenciada por antigos companheiros e companheiras nossos, é muito interessante para a análise na perspectiva da educação ambiental como educação política, e não faltam dados para isso. Poderíamos chegar a resultados e análises refinadas e de grande interesse científico se fôssemos apenas pesquisadores/as.

Penso que a situação que vivenciamos hoje ultrapassa os limites nacionais e interessa a todos os/as colegas, pesquisadores/as ou não, brasileiros/as ou não, que busquem compreender como a educação ambiental se relaciona com qualquer tipo de governo, principalmente com aqueles de acentuadas características neoliberais, populistas e totalitárias.

Acredito que nós, que nos dedicamos a pesquisar sobre a educação ambiental, somos mais que pesquisadores/as acomodados e felizes com os eventuais resultados de nossas pesquisas. Se somos mesmos educadores (ambientais ou não), os resultados de nossas pesquisas e análises devem colaborar para o aprendizado coletivo e a intervenção social no cotidiano para a superação de todos os totalitarismos, paternalismos, populismos, preconceitos e injustiças.

A mistura explosiva entre pensamento crítico e vivências libertárias colocou-nos, os sobreviventes que não capitularam frente à naturalização da falta de ética, oportunismos, silêncios tácitos e alianças esquizofrênicas do Brasil contemporâneo, num “não lugar” em relação à política oficial, oficiosa e institucionalizada. Esse “não lugar” merece ser estudado com profundidade pelas novas gerações de educadores ambientais, nem que seja para evitar os erros e equívocos e/ou desconstruir os discursos e práxis desses sobreviventes (grupo no qual me incluo). Nem que seja para nos dizer “Basta. Chega de saudade. O sonho acabou”.

Se surgir qualquer possibilidade na direção de (re)construções alternativas e/ou de uma “cultura do dissenso” (Félix Guattari), nesse momento de rupturas irreversíveis e de “desperdício da experiência coletiva” (Boaventura de Souza Santos), que possa fundamentar outras radicais possibilidades de intervenção e existência, já serviu para alguma coisa tornar público nosso repúdio, descontentamento e desolação.

Eis a brecha que quero explorar nesse terceiro e último aspecto relacionado à dimensão política e pedagógica da educação ambiental, no qual tentarei expor alguns argumentos que justifiquem o título que dei a essa aula: “A educação ambiental para além dela mesma”.

Procurarei responder a questão que me faço cotidianamente nos últimos anos e conto com a contribuição de vocês para que possamos ter mais clareza sobre nossas eventuais alternativas: Quais são as possíveis contribuições da educação ambiental, se considerarmos que elas existem, para a superação do impasse político e pedagógico em que nos encontramos enquanto pesquisadores/as, professores/as, cidadãos/ãs, enfim, como educadores e educadoras ambientais?

Tenho argumentado que a contribuição dos trabalhos acadêmicos sobre a educação ambiental tem a especificidade de colaborem com o aprofundamento dos projetos político-pedagógicos. Estamos bem familiarizados com muitas atividades que se autodefinem como sendo de educação ambiental, mas desprovidas de embasamento político e pedagógico.

Quero deixar claro que, com tal observação, não estou desqualificando essas atividades. Elas são muito importantes, refletem e materializam representações sociais sobre a educação ambiental. A carência de fundamentos políticos e pedagógicos nelas encontradas pode ser superada, com estudos, cursos e pesquisas e isso diz respeito diretamente a nós, que atuamos nas universidades.

Penso que é na explicitação e aprofundamento dos projetos políticos e pedagógicos da educação ambiental que a nossa atividade de pesquisadores poderá ter alguma serventia e impacto social.

Logo, nossas pesquisas não podem se limitar aos atuais critérios de produtividade e de “qualidade” estabelecidos e amplamente aceitos (apesar de uma ou outra crítica aqui e ali) pela comunidade científica brasileira. Para que serve tanta publicação, com frágeis embasamentos conceituais, repetições de clichês e palavras de ordem, “apud” , afirmativas e conclusões não pautadas em dados empíricos e /ou interpretação rigorosa dos dados e textos?

Para que servem avaliações periódicas, que se querem sérias e respeitadas, que consistem em bem preencher relatórios e verificar a filiação muita mais ideológica do que pertinência e contribuições sociais, culturais e políticas do que se faz, muitas vezes com recursos escassos?

De que vale tanto “qualis” para as revistas, se sabemos como

funciona a nada secreta “avaliação cega pelos pares”? Para que servem tantos artigos “qualis A” se raramente contribuem para se sair do lugar comum, do pensamento hegemônico, aparentemente crítico, mas conformista e obediente?

Seria confortável (e tem sido) escrever e publicar textos pouco aprofundados para responder às exigências produtivistas e quantitativistas das agências avaliadoras de nossas atividades profissionais. Mas qual é a efetiva importância política, pedagógica, social, cultural e ecológica dessa avalanche de publicação que não resiste ao crivo de um/a leitor/a de exigência mediana?

Qual é a contribuição de textos que fundamentam os projetos político-pedagógicos da educação ambiental que apresentam excesso de fragilidade conceitual, que usam e abusam dos recursos e estratégias de sedução, do uso indiscriminado de clichês desqualificadores para refutar pensamentos e posições opostos, de obediência cega às teorias hegemônicas e “bem avaliadas” pela Capes, Cnpq e pelas editoras comerciais e universitárias ávidas para que seus livros sejam indicados por algum ministério para distribuição aos professores/as?

Se a nossa contribuição principal, mas não a única evidentemente, é contribuir para a fundamentação dos projetos político-pedagógicos que garantam a pertinência, continuidade e ampliação da educação ambiental para além de suas próprias fronteiras, considero então que o rigor conceitual do que fazemos e trazemos ao espaço público é um componente político de nossa atividade que não deve ser negligenciado.

A fragilidade conceitual tem sido visível e ela acontece quando se misturam, sem que sejam feitos os contrapontos, conceitos, teorias e autores que se encontram em campos epistemológicos opostos e até mesmo rivais. O problema não é colocar juntos os diferentes e antagônicos, o problema é forçar situações, cumplicidades e complementaridades entre eles, resultado de leituras rápidas e interpretações superficiais, como se esses autores, teorias e conceitos não tivessem contextos e históricos específicos.

Para se garantir um mínimo de rigor conceitual que justifique nossa atividade (política, repito) de pesquisadores, é preciso se ter muito claro o histórico, o contexto as adesões, as críticas e as dissidências em relação aos conceitos, teorias e autores.

A clareza a que me refiro exige tempo, maturidade, mergulhos nos problemas socioambientais da vida cotidiana, diálogos com colegas e

especialistas, bibliotecas com acervo digno e menores, muito menores, doses de pretensão na crença de que poderemos salvar o mundo (embora nada nos impeça de tentar).

Esses aspectos estão relacionados com o “pedagógico” de nossa própria formação que, evidentemente, influenciarão nossas práticas profissionais e sociais cotidianas, presentes e futuras, relacionadas à educação ambiental.

São muitos os autores que afirmaram em tempos idos que o pedagógico é político e vice-versa. Qualquer tentativa de separação das duas dimensões me parece anacrônica, embora tenha sido empreendida por vários autores brasileiros contemporâneos.

Nós, educadores/as ambientais, somos confrontados com temas e situações que requerem constante questionamento dos nossos conhecimentos e representações e me parece inviável centrar nossas atividades pedagógicas apoiadas apenas nos “conhecimentos científicos historicamente construídos”.

Só a ciência, ou o conhecimento científico, não nos basta. Mas eles são imprescindíveis, inclusive e principalmente para entendermos seus desdobramentos políticos, sociais e ecológicos. Quando adentramos na arena da pesquisa, não podemos referendar discursos superficiais, alguns até politicamente corretos, que priorizam correntes ideológicas e partidárias na análise e explicação de problemas sociais, culturais, econômicos, políticos e ecológicos.

Todos sabemos que a ciência não é neutra, mas adotar teorias, conceitos e autores pelo critério de que eles estão vinculados a uma ou outra linha partidária, ou porque são eles reprodutores de dogmas ideológicos e/ou religiosos, é o início do fim de qualquer trabalho acadêmico (político, repito mais uma vez) sério e conceitualmente rigoroso.

As observações anteriores são muito conhecidas de todos aqueles que atuam nas universidades, no Brasil e em outros países. Autores como Pierre Bourdieu e Isabelle Stengers já escreveram muito sobre isso, nas autobiografias e biografias de cientistas: os detalhes sobre oportunismos, traições, plágios, alianças espúrias, concursos públicos de cartas marcadas e a esquizofrenia no mundo acadêmico não faltam, assim como não faltam relatos de nossos colegas mais próximos que vivenciaram situações semelhantes. Então por que abordar novamente esse tema tão conhecido?

Pois se o faço, é por observar que, se a educação ambiental adentrar por tal caminho, e naturalizá-lo, estará perdendo uma grande oportunidade de ultrapassar as suas fronteiras. Estará perdendo a oportunidade de contribuir com a possibilidade de se fazer ciência, de se atuar profissional e politicamente nas universidades, com os princípios éticos, de compromisso social, de solidariedade e de diálogo e respeito com as diferenças.

O longo processo de chegada da educação ambiental dos movimentos sociais ao cotidiano das salas de aula e daí às universidades, à constituição de um Programa de Pós-Graduação específico em educação ambiental como o da FURG; à presença em outros programas de pós-graduação; ao espaço conquistado nas revistas, editoras e agências de fomento; aos grupos de trabalho que se formaram nas associações de pesquisa (ANPED, ANPPAS, ANPEC); aos congressos locais, nacionais, internacionais; às políticas públicas e tantos outros exemplos que poderiam ser dados, resultou na constituição de uma comunidade numerosa de professores/as, pesquisadores/as e educadores/as ambientais altamente qualificados e comprometidos com possibilidades de mudanças efetivas.

Temos uma história comum que convida às biografias, processo que esteve marcado por princípios éticos, de solidariedade, diálogo, camaradagem, respeito e muito trabalho para que a educação ambiental não fosse vista como um modismo passageiro, uma aventura pedagógica, uma utopia ingênua. Mas nessa história comum também temos capítulos que vão no sentido contrário de tudo aquilo que construímos juntos e que nos aproxima, como amadores, do que há de pior no mundo: a mesquinharia, a avareza, os oportunismos, a mentira, a arrogância, os abusos de poder e o que é mais grave: o apoio implícito ou explícito ao totalitarismo.

Chegamos até aqui. Alguém poderia dizer para onde vamos?

São Paulo, 10.03.2008